

RESULTADOS DA VIAGEM

A MOÇAMBIQUE

fev/84

Relatório Preliminar do D.A.P.

## Í N D I C E

I	-	PREÂMBULO .....	01
II	-	A NOVA ESTRATÉGIA DO ITAMARATI EM RELAÇÃO AO "PROJETO CARVÃO DE MOÇAMBIQUE" .....	03
III	-	O EIXO CENTRAL DAS DIVERGÊNCIAS DA PRESENTE MISSÃO EM MAPUTO .....	04
IV	-	CAUSAS DA MUDANÇA DO DOCUMENTO ORIGINALMENTE DISCUTIDO ENTRE BRASILEIROS E MOÇAMBICANOS .....	05
V	-	SUMÁRIO DOS DEBATES NA SECRETARIA DE ESTADO DO CARVÃO E HIDROCARBONETOS .....	06
VI	-	COMENTÁRIOS FINAIS .....	07
VII	-	SUGESTÃO AO "FOLLOW-UP" .....	09
VIII	-	CONCLUSÃO .....	11

## I - PREÂMBULO

O presente Relatório de Viagem é um documento preliminar. A complexidade e o tamanho do "PROJETO MOÇAMBIQUE", para o bom entendimento, exigiriam um dossiê maior, do qual não podemos nos ocupar no momento.

Foi atendendo solicitação do PR/CPRM, que participamos de mais uma das viagens da CPRM a MOÇAMBIQUE. Realizada em Maputo, entre os dias 21 e 22/fev/84, na sede da Secretaria de Estado do Carvão e Hidrocarbonetos, presidida pelo economista Dr. ABDU OSMAN, do lado moçambicano, e sob a chefia do Itamarati - Conselheiro Sérgio Cavalcanti.

De parte da CPRM, embarcou também o geólogo RUY I. TESSARI, chefe do DEGEC - Departamento de Geologia Econômica, dentro do qual existe a DICARV - Divisão de Geologia do Carvão.

A participação e integração do técnico TESSARI no assunto deve-se ao fato de o mesmo ser reconhecido como um dos maiores conhecedores do assunto CARVÃO na Cia. Chefiando um grupo de geólogos e engenheiros de minas, participou em 1979 ativamente de todos os documentos técnicos-estratégicos e de planificação, que fizeram parte do PLANO NACIONAL do CARVÃO ENERGÉTICO, no âmbito da CPRM e GECAN/MME. Até hoje, mantém-se ele atualizado na questão e vem acompanhando e cumprindo o restante da Programação do Carvão na Cia., ao lado do DNPM. O referido técnico foi também convidado a participar da viagem, devido a que se creditaria a ele, com sua equipe especializada no Carvão e com a DICARV, a execução e gerenciamento do Projeto Moçambique. Uma vez que é assunto exclusivo da sua esfera de atuação.

À DICARV/DEGEC, pretendemos alocar, ainda, a montagem do documento-Proposta TÉCNICO-COMERCIAL da CPRM, para ser levado a discussão em março/84 com o Governo Moçambicano, Itamarati e CACEX. Ao geólogo TESSARI, a partir dos dados e informes já coligidos com cuidado nesta viagem, caberia a responsabilidade, com sua equipe e talvez com a participação do geólogo Sabino Loguércio, na confecção daquele documento de negociação. Por causa de tudo isto, julgamos ter sido útil e necessária a sua ida a Maputo.

De nossa parte, como Diretor, limitamo-nos a participar nas diversas reuniões de trabalhos, promovidas pelo Itamara-

ti/Embaixada Brasileira, dando apoio pessoal à política de negociação, conforme conduzida por orientação superior de BRASÍLIA/Departamento de Promoção Comercial-Itamarati, na pessoa do Conselheiro SÉRGIO CAVALCANTI.

Devido a esta pré-determinação, não me foi possível interferir mais diretamente na questão, de maneira a poder defender, como pensava, o documento preparado pela própria CPRM e seu Projeto Técnico de Pesquisa Geológica do Carvão/área de Moatize.

Apesar de meu pedido direto ao Embaixador Marcel Hasslocher e ao referido Conselheiro, na véspera do primeiro encontro com o Secretário do Carvão Moçambicano, para apresentar, em paralelo, uma alternativa de negociação, de interesse mais imediato da CPRM, a ser configurada em uma outra estratégia de ação, não consegui obter consentimento para tal.

A nova estratégia de ação que pretendia defender pessoalmente, configurava-se em expor e acertar exclusivamente os pontos de vista da CPRM, ou seja, da parte que lhe tocava tão-somente dentro do Projeto global. Sem poder atuar da maneira como pretendia e que julgava a mais correta e acertada para aquela ocasião, tive de me limitar a uma atuação secundária, de presença e de representação.

Procuramos, contudo, na medida do possível, e tomando os devidos cuidados para não conflitar com a primeira estratégia, nos limitar à angariação de mais informes, dados, opiniões, pareceres pessoais e definições corretas e retirada de dúvidas, tudo como subsídio à Proposta Técnico-Comercial que a CPRM poderá preparar após, em março/84.

## II-A NOVA ESTRATÉGIA DO ITAMARATI EM RELAÇÃO AO "PROJETO CARVÃO DE MOÇAMBIQUE"

Na tentativa de manter a liderança na condução do projeto, e procurando salvá-lo face a tantos obstáculos surgidos, o ITAMARATI resolveu, de "per si" e sem consulta prévia a MOÇAMBIQUE - do que se depreendeu - montar um documento abrangente, com apresentação global, justificativas e defesa do conjunto do PROJETO, com a finalidade de tentar convencer TERCEIROS na alocação de investimentos. Para este documento, participou ativamente a CPRM e a COBRAPI, daí surgindo "MOATIZE COAL PROJECT Executive Summary - 33 pg."

Este documento levado, supressivamente, a MAPUTO em fevereiro, foi ora apresentado e discutido pelo próprio pessoal do Itamarati. Como não era esperado pela "Secretaria de Carvão e Hidrocarbonetos", surgiram divergências e contestações por parte deste Orgão moçambicano, desde o início da primeira reunião de trabalho.

Todos, ou quase todos os pontos e referências do dito documento não foram aceitos, peremptoriamente, pelo Secretário Dr. A. OSMAN e sua equipe. Tentando salvar a situação, o representante do ITAMARATI insistiu na necessidade então de ser o mesmo refeito imediatamente no curto tempo que então restava, de 2 dias, enquanto procurava justificar-se da nova atitude tomada pelo ITAMARATI diante do Projeto. As explicações não foram, porém, o suficientemente convincentes ao Secretário moçambicano. Ao final, este abriu mão quanto a refazer-se o antigo documento para ser levado à OPEP. Foi negado de antemão, porém, qualquer apoio mais tácito da Secretaria ao novo documento, perante esta instituição financiadora em Viena. (Ver Cópias, Anexas, do documento refeito e do antigo).

### III - O EIXO CENTRAL DAS DIVERGÊNCIAS DA PRESENTE MISSÃO EM MAPUTO

Este aspecto importante de ser abordado, gira em torno do documento-sumário, levado pelo ITAMARATI/CPRM - COBRAPI, que levanta toda a problemática do Projeto e seu valor global estipulado pelo lado brasileiro, em cerca de 950 milhões de dólares. Tal documento foi preparado sem o consentimento, fora de qualquer comunicação ou acordo prévio, com a Secretaria Moçambicana. O que causou certa reação deste lado, contra o documento.

O Secretário A. OSMAN protestou contra a nova estratégia seguida. E perquiriu sobre o documento básico inicial que trataria apenas da PROPOSTA TÉCNICO-COMERCIAL da parte CPRM/COBRAPI - valor: 7 milhões de dólares. O que não foi feito e que poderá sair em março pelo DEGEC, após acertada com a COBRAPI, a sua participação, por enquanto muito ampla e reivindicando, inclusive, tarefas que a CPRM pode fazer. Tais como aquelas relativas à engenharia de minas.

IV - CAUSAS DA MUDANÇA DO DOCUMENTO ORIGINALMENTE DISCUTIDO ENTRE  
BRASILEIROS E MOÇAMBICANOS

Perqueridos após nosso retorno de viagem, o engenheiro Carlos Eugênio de Farias e o geólogo Sabino Loguércio, de fato confirmaram a profunda e referida mudança do documento levada à debate. Para eles também, conforme acabaram admitindo, principalmente, uma alteração básica fundamental ocorreu na ESTRATÉGIA DE NEGOCIAÇÃO INICIAL. E isto teria sido decidido depois da Reunião de nov./83 em Maputo. Ela ocorreu em meados de dezembro, no Hotel Glória no Rio de Janeiro, conduzida pelo Embaixador Paulo T. Flexa de Lima e o representante da CACEX com o pessoal da CPRM.

A situação tornou-se ainda mais ambígua quando o pessoal do SERCO, ouvido 2 ou 3 vezes pelo DAP e pelo Chefe do DEGEC, antes de viajarem, nada transmitiu, ou transpirou, acerca daquela profunda alteração surgida em dezembro. Somente agora, deixaram transpirar o fato.

V - SUMÁRIO DOS DEBATES NA SECRETARIA DE ESTADO DO CARVÃO E HIDROCARBONETOS

Durante dois dias, ocorreram cerca de 3 reuniões conjuntas principais de discussões, entre outros encontros menores, visando-se tentativas de acertos mútuos de negociações, bem como a introdução de "corrigendas" no documento em pauta, preparado pela CPRM/ITAMARARI: "MOATIZE COAL DEVELOPMENT PROGRAM - Executive Summary".

Das reuniões formais, duas contaram com a presença do Secretário A. OSMAN. As menores, foram principalmente para tratar de questões eminentemente técnicas e corrigendas diversas no documento original da CPRM-COBRAPI.

Tanto no aspecto dos acertos técnicos finais do novo documento então montado às pressas, como nos debates em torno da definição da estratégia de negociação, verificou-se sempre, um forte desentendimento entre as partes brasileira e moçambicana.

Os pontos a abordar aqui, com cuidado anotados pelo DAP, poderão no futuro fazer, parte de um Relatório a parte, para fins de subsídio aos futuros "entretiens". Razão porque, declina-se aqui de apresentá-los.

O novo documento preparado em Maputo e o elaborado antes pela CPRM seguem em anexo, a este.



## VI - COMENTÁRIOS FINAIS

O interesse da DAP em procurar o maior número de informes e percepções acerca das negociações do PROJETO CARVÃO DE MOÇAMBIQUE antes da viagem, fica evidenciado nos contatos pessoais mantidos com o SERCO.

Apesar do esforço, verifica-se que alguns tópicos principais ficaram omitidos.

A equipe da CPRM, que não solicitou comparecer, mas que foi ordenada a viajar e a manter o programa e a data da viagem conforme prescrita pelo ITAMARATI, apesar de ter ido pela primeira vez a Moçambique, esforçou-se o máximo para entender e manter a continuidade das conversações e compromissos anteriores.

Não devemos nos surpreender neste particular, se dissermos que a única pessoa enviada pelo ITAMARATI - Cons. Sérgio Cavalcanti - nunca tinha tratado do assunto e nenhuma viagem antes efetuou a Moçambique, com vistas à condução e discussão do mesmo. O encarregado e acompanhante máximo do assunto - Min. Michael - não compareceu às negociações. Caracteriza-se, assim, uma certa desruptura de interesse ou menos atenção do ITAMARATI pelo referido PROJETO (?). Acreditamos que não. A renovação coincidente da antiga equipe de negociação que acometeu a CPRM e ITAMARATI, parece não ter constituído momento de "impasse" ou de prejuízo para o lado brasileiro. Simplesmente, deve-se procurar os responsáveis pelos desvios das linhas de negociações já traçadas, entre os negociadores iniciais.

A ligação CPRM/COBRAPI é um outro aspecto a ser analisado, se houver futuro e continuidade brasileira no Projeto. A COBRAPI está reivindicando reassumir o controle da situação; ademais, colocou preços muito altos na sua proposta inicial.

- Aproveitando a oportunidade em Maputo, efetuaram-se várias visitas a outros Órgãos governamentais afins, na busca de novos contatos para outros Projetos.

A "Direção Nacional de Geologia" - pertencente ao Ministério dos Recursos Minerais, mostrou-se muito interessada em conhecer nosso know-how em OURO e TURFA. Na hora, discutimos a põssibilidade de financiamento dos trabalhos de Pesquisa, via FUNDO ROTATIVO do PNUD/ONU com a interveniência e orientação da CPRM. O que foi aceito com o maior interesse.

Com a "Direção Nacional de Águas" - Ministério de Saneamento e Construção, discutiu-se o problema de a CPRM usar suas sondas lá localizadas em perfuração de poços para Água Subterrânea, também fazendo-se apelo ao PNUD/ONU.

Ambos setores apresentam boas possibilidades de concretização de Projetos com a participação da CPRM.

## VII - SUGESTÃO AO "FOLLOW-UP"

Em relação ao "PROJETO CARVÃO-MOÇAMBIQUE", a CPRM convém persistir na montagem e entrega diretas da sua PROPOSTA TÉCNICO-COMERCIAL para MOATIZE, sem a interveniência ou participação do ITAMARATI neste ponto específico. (Em virtude de ser uma etapa técnico-especializada que diz respeito, exclusivamente, à CPRM/COBRAPI. Ao ITAMARATI, por certo, caberá continuar ou não trabalhando pelo Projeto Integrado no valor dos 950 milhões de dólares).

Um acerto direto CPRM-CACEX deve ser mantido com urgência neste caso, visando-se conhecer as reais possibilidades de financiamento, condições de empréstimo e o "quantum" capaz de ser ofertado.

- O atendimento de todos os interesses moçambicanos neste Projeto, condizentes, ou não, com a natureza dos trabalhos prestados pela CPRM/COBRAPI, deve merecer mais atenção e procurar ser atendidos ou acobertados, desde a montagem da nova proposta Técnico-Comercial. Até agora nada foi feito neste sentido, o que suscitou desconfianças dos Moçambicanos quanto à real boa vontade de cooperação e amizade dos brasileiros.

Devem ser seguidos à risca, sem ultrapassagem, todos os tetos de investimentos já previamente quantificados pelo cliente. Na montagem anterior, a equipe da CPRM rompeu o teto pré-estipulado em mais de 90%. O que também não foi visto com bons olhos.

A CPRM não deve participar diretamente da "reunião forçada" que o ITAMARATI quer realizar em março/abril/84, no Rio de Janeiro sobre o referido "Grande Projeto", convidando pessoal e instituições estrangeiras para promover o referido assunto. A CPRM deve tratar unicamente da sua parte técnica e da venda, somente do seu segmento de trabalho especializado.

A CPRM mereceria, em momento oportuno, e, se para tanto convier ao seu Presidente, convidar o Vice-Diretor da Direção Nacional de Geologia, geólogo Casimiro Francisco, e o Secretário de Carvão e Hidrocarbonetos, Dr. ABDU OSMAN, para visitarem o Brasil e verem nossos trabalhos. Aqui, acertando com eles, na oportunidade, o "follow-up" dos trabalhos respectivos.

- Devem ser restringidas, ao mínimo necessário, as viagens de técnicos da CPRM a Moçambique, independente de qual-

quer pretexto ou de insinuações superiores. Mais acertivo seria desviar os custos de viagens para trazer o pessoal estrangeiro de decisão/cúpula ao Brasil, a fim de que os mesmos passem a conhecer a CPRM e esta possa desenvolver melhor a sua política de bom entendimento e de negociação.

## VIII - CONCLUSÃO

Conforme bem frisou e repetiu o Secretário A. OSMAN, a CPRM terá de apresentar uma excelente e bem ajustada "PROPOSTA TÉCNICO-COMERCIAL", com preços mais baixos que o de Mucanha-Vuzi, para poder competir na concorrência de serviços.

- O teto já ajustado de antemão, por força das circunstâncias, é de 8 milhões de dólares. A COBRAPI, a nosso ver, não poderá pleitear, deste montante, uma quantia maior que 1 (hum) milhão de dólares pelos seus serviços. Ela barganhará, contudo, uma fatia maior pelas suas atividades. Cumpre à CPRM assumir posição firme neste particular, de não abrir mais investimento para a COBRAPI.

- Em conclusão, há uma "pequena" e "remota" possibilidade de a CPRM ganhar este Projeto. Neste particular, há duas vias e estratégias a serem perseguidas.

- O DAP aguarda instruções superiores para mandar montar a PROPOSTA TÉCNICO-COMERCIAL até fins de março. Este será o próximo passo efetivo, que a CPRM deverá cumprir. Caberá, por conseguinte, ao PR fazer os próximos acertos necessários. Se, para tanto, julgar conveniente.



ÉDISON F. SUSZCZYNSKI  
Diretor da Área de Pesquisas